

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PLANEJAMENTO FAMILIAR E O IMPACTO NA SAÚDE SEXUAL DE ADOLESCENTES

NURSING CARE IN FAMILY PLANNING AND ITS IMPACT ON ADOLESCENTS' SEXUAL HEALTH

Amanda Dias Batista Bernardo¹

Geane Silva Oliveira²

Macerlane de Lira Silva³

Ocilma Barros de Quental⁴

Luiz Felipe da Costa Macena⁵

Asheley Emmy Lacerda Alves⁶

Daniel Dantas da Silva⁷

RESUMO: Esse resumo buscou evidenciar que o planejamento familiar é uma parte essencial da assistência à saúde ao longo de toda a vida, desempenhando um papel importante na prevenção de ISTs, na redução de gestações indesejadas e na promoção do bem-estar dos usuários. A enfermagem tem uma função de grande relevância nesse processo, sendo responsabilidade do enfermeiro esclarecer dúvidas, orientar sobre métodos contraceptivos e acompanhar o usuário desde a primeira consulta. O objetivo deste estudo foi compreender como o planejamento familiar pode reduzir barreiras no acesso à informação, fortalecer a comunicação entre adolescentes e adultos, e contribuir para a educação sexual em contextos de vulnerabilidade social. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com análise de artigos das bases BVS, SciELO e PubMed, utilizando os descritores “planejamento familiar”, “assistência de enfermagem” e “vulnerabilidade”. Os resultados destacaram o planejamento familiar como ferramenta fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, sendo necessário ampliar o debate em escolas e famílias. A pesquisa reforça a importância da responsabilidade compartilhada, da educação igualitária sobre contracepção e da prevenção de gestações indesejadas, favorecendo a construção de projetos de vida mais saudáveis e conscientes, especialmente em populações vulneráveis.

434

Palavras-chave: Planejamento familiar. Assistência de Enfermagem. Vulnerabilidade.

¹ Discente do curso de Enfermagem no Centro Universitário Santa Maria.

² Mestre em Enfermagem Cuidado e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), Cajazeiras-PB.

³ Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS. Docente do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), Cajazeiras-PB.

⁴ Doutora em Ciências da Saúde pelo Centro Universitário FMABC. Docente do Centro Universitário Santa Maria (UNIFSM), Cajazeiras-PB.

⁵ Enfermeiro pelo UNIFSM.

⁶ Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade Cesumar – Unicesumar.

⁷ Discente do curso de Enfermagem no Centro Universitário Santa Maria.

ABSTRACT: This study aimed to highlight that family planning is an essential part of lifelong healthcare, playing a key role in preventing sexually transmitted infections (STIs), reducing unplanned pregnancies, and promoting users' well-being. Nursing plays a highly relevant role in this process, with nurses being responsible for clarifying doubts, providing guidance on contraceptive methods, and monitoring users from the first consultation. The objective of this study was to understand how family planning can reduce barriers to access to information, strengthen communication between adolescents and adults, and contribute to sexual education in contexts of social vulnerability. The methodology adopted was a qualitative bibliographic review, analyzing articles from the BVS, SciELO, and PubMed databases, using the descriptors “family planning,” “nursing care,” and “vulnerability.” The results highlighted family planning as a fundamental tool in promoting sexual and reproductive health, emphasizing the need to expand the discussion in schools and families. The research reinforces the importance of shared responsibility, equal education about contraception, and the prevention of unplanned pregnancies, promoting the development of healthier and more conscious life projects, especially among vulnerable populations.

Keywords: Family Planning. Nursing Care. Vulnerability.

INTRODUÇÃO

O Planejamento familiar pode ser compreendido como uma forma de se programar, se deseja ter filhos ou não, ou seja, planejamento familiar é dar a oportunidade a família o direito de ter quantos filhos quiser, no tempo que for mais confortável, tendo toda a assistência necessária para garantir isso inteiramente. No caso daqueles que não almejam ter filhos, devemos oferecer todos os métodos de contracepção cientificamente comprovados e que não cause danos a saúde dos usuários, lembrando sempre da liberdade de escolha (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Em 1996, a Lei nº 9.263, também conhecida como Lei do Planejamento Familiar uma proposta de lei que trata do direito ao planejamento familiar foi aprovada pelo o Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República. A legislação determina que as instâncias responsáveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os seus níveis, têm o dever de assegurar á mulher, o homem ou o casal, em toda a sua rede de atendimento, auxílio a concepção e métodos contraceptivos como parte das demais praticas que integram a assistência completa a saúde. Um ponto essencial dessa lei é a inclusão das praticas de laqueadura de trompas e vasectomia entre opções de controle de natalidade, definindo critérios para sua aplicação e penalidade para os profissionais de saúde que as realizarem de forma inadequada ou sem segurança (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Apoiar famílias demanda que os profissionais estabeleçam relações terapêuticas e interdisciplinares, sempre envolvendo o processo da construção crítica. É primordial o diálogo constante com os diferentes pontos de vista dos indivíduos, da família e dos profissionais. Vale ressaltar que a saúde da família está relacionada à saúde da comunidade e a de cada pessoa, mostrando de que maneira está conectado pelas experiências vividas. Assim, o bem-estar da família relaciona com a saúde da população, necessitando de ações que envolvam diferentes áreas de conhecimento (MARCHETTI et al., 2023).

A repensabilidade familiar tem o dever de apoiar, respeitar e cuidar das pessoas da família. As expectativas, que podem ser faladas ou não, guia como as relações acontecem com as pessoas ao seu redor. Mesmo com os avanços nas políticas de proteção social no mundo, no Brasil, essas medidas ainda focam na assistência social e seguem a ideia de que o homem deve ser provedor do lar e a mulher a cuidadora “tradicional do patriarcado, que gera várias formas de vulnerabilidade dentro de casa. Esse modelo antigo tem prejudicado a estrutura e a qualidade das relações familiares, levando a brigas, abandono, violência e ameaças (FLORES et al., 2021).

A participação dos homens no planejamento familiar ainda é baixa, e ainda existe aquela ideia de que a responsabilidade é só das mulheres do que deles. Com isso, na maioria das vezes, cabe somente a elas lidar com as gestações não planejadas (JAWARIA MUKHTAR AHMED et al., 2024).

Como a nossa sociedade é divergente, os papéis sociais ainda não fixos para todos, e alguns estudos mostram que, gradualmente, os homens estão se envolvendo mais no Planejamento Familiar (PF), apesar de depender de fatores como cultura, educação, profissão e religião (MARCHETTI et al., 2023)

Desde a época de 1980, os programas de PF, oferecidos no serviço de saúde, têm focado muito nas mulheres, criando ambientes que não incentivam a presença masculina e reforçando a ideia de que o tema é somente delas. Mesmo que alguns programas considerem a saúde reprodutiva dos homens, várias mulheres ainda acham que seus parceiros participam pouco. Além disso, faltam pesquisas científicas sobre a visão dos homens, já que grande parte dos estudos trata apenas das “atitudes e comportamentos das mulheres sobre o tema”. Entretanto, a opinião dos homens pode influenciar as decisões das companheiras, positivamente ou

negativamente a sua escolha de métodos contraceptivo, quantidade de filhos, tempo entre uma gestação e outra e a divisão de tarefa ao cuidado dos filhos (MARCHETTI et al., 2023).

Diante desse cenário, é necessário ampliar o olhar para além da participação individual e considerar o contexto familiar como um todo. Para compreender o impacto da família no processo saúde doença é importante classificar as famílias conforme seu nível de vulnerabilidade, priorizando o cuidado para aqueles com falta de informação. Contudo vulnerabilidade familiar é amplo e difícil de medir, visto que envolve múltiplos fatores como a saúde dos membros, apesar das diversas definições na literatura de saúde, o conceito de situação financeira, nível educacional, e a dinâmica familiar (LIMA et al., 2023).

Um exemplo claro é no caso dos adolescentes saudáveis que frequentam a Unidade de Saúde da Família (USF) ilustra essa situação: muitos já iniciaram a vida sexual, mas ainda desconhecem as doenças sexualmente transmissíveis. Frequentemente, esses jovens sentem vergonha de falar sobre o assunto. Quando contam com o apoio familiar, torna-se mais fácil buscar orientação, receber as informações corretas e, assim, evitar uma gravidez indesejada. O suporte dos pais no planejamento familiar é essencial para garantir uma vida sexual segura, lembrando que o planejamento familiar não se aplica apenas ao desejo de formar uma família, mas também ao planejamento pessoal e à prevenção de situações inesperadas (BARROS et al., 2021)

Sendo assim, o planejamento familiar é essencial para diminuir as taxas de mortalidade materna e infantil, prevenir gestações precoces e indesejadas, aumentar o intervalo entre gravidezes e reduzir o risco de abortos inseguros. Estudos indicam que, com o uso adequado de métodos contraceptivos, as ocorrências de gravidez não planejada e as mortes maternas poderiam ser drasticamente reduzidas. A mortalidade infantil também é mais elevada em bebês nascidos com menos de dois anos de intervalo entre irmãos (PEDRO et al., 2021).

A adesão ao planejamento familiar entre mulheres de 18 a 49 anos é de aproximadamente 41%, afetada por problemas de infraestrutura, falta de informação sobre métodos contraceptivos e, em alguns casos, resistência dos parceiros. Em países em desenvolvimento como o Brasil, o acesso é ainda mais limitado devido a barreiras como longas filas, custos elevados e falta de suprimentos, fatores que dificultam o uso de contraceptivos. Iniciativas públicas voltadas à

educação em saúde têm se mostrado eficazes para aumentar o uso de métodos contraceptivos na população (MULHER, 2002).

Dessa forma, questiona-se: Como o planejamento familiar pode reduzir as barreiras no acesso à informação, fortalecer a comunicação entre adolescentes e adultos, e contribuir para a educação sexual e preventiva em contextos de vulnerabilidade social?

Parte-se do pressuposto de que a assistência de enfermagem na realização do planejamento familiar é essencial para os desfechos em saúde de adolescentes e adultos, pois essa assistência se baseia em orientações estruturadas para promover resultados mais eficazes em saúde.

MÉTODOS

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, que tem como objetivo compreender de que forma a assistência de enfermagem no planejamento familiar pode contribuir para a redução da vulnerabilidade no acesso à informação entre adolescentes e adultos.

A pesquisa foi realizada por meio da consulta a artigos científicos disponíveis em bases de dados relevantes da área da saúde, como a Biblioteca Virtual em Saúde, SciELO e PubMed. Essas plataformas foram escolhidas por oferecerem acesso a produções científicas atualizadas e de credibilidade reconhecida na área da enfermagem e saúde pública.

Para a busca dos materiais, foram utilizados os seguintes descritores controlados: “planejamento familiar”, “assistência de enfermagem” e “vulnerabilidade”. Também foram aplicados os operadores booleanos “AND” e “OR” a fim de combinar os termos e ampliar a abrangência dos resultados relevantes.

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados nos últimos cinco anos (entre 2019 e 2024), disponíveis em texto completo, escritos em português, e que abordassem a temática central do estudo. Foram excluídos trabalhos duplicados, não disponíveis integralmente ou que não guardavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

A análise do conteúdo foi feita de forma crítica e interpretativa, buscando identificar as contribuições da enfermagem no planejamento familiar, os desafios enfrentados no

atendimento a populações vulneráveis e as estratégias de orientação para a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

DISCUSSÃO

O Ministério da Saúde destaca que o planejamento familiar é um direito básico garantido por lei, essencial para promover a saúde sexual e reprodutiva da população. Mesmo com avanços importantes, como o acesso gratuito a métodos contraceptivos pelo SUS e a retirada da exigência de autorização do parceiro para a laqueadura, ainda há muitos desafios em jogo. Um dos principais é a desigualdade na distribuição desses serviços pelo país, o que acaba afetando, principalmente, pessoas em situação de maior vulnerabilidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Além disso, o próprio Ministério aponta que é preciso investir mais na capacitação dos profissionais de saúde. Muitos ainda não estão preparados para orientar de forma acolhedora e acessível. Barreiras culturais, desinformação e tabus continuam dificultando o acesso da população aos seus direitos. Por isso, o planejamento familiar não pode ser tratado isoladamente ele precisa fazer parte de uma política pública mais ampla, que envolva educação, acolhimento e acesso à informação. Só assim o Estado pode realmente garantir equidade e respeitar a autonomia de cada pessoa nas decisões sobre sua vida reprodutiva (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Diante desse cenário, fica evidente a importância de formar profissionais que saibam não apenas aplicar conhecimentos técnicos, mas também dialogar com as famílias. Quando os profissionais atuam junto com a comunidade, o cuidado flui melhor e o planejamento familiar se torna mais eficaz. Isso passa por uma mudança nos modelos tradicionais de formação, incorporando práticas interdisciplinares e mais humanas. Essa abordagem é essencial para fortalecer a Atenção Primária à Saúde e oferecer um cuidado mais completo, que realmente atenda às necessidades das pessoas (MARCHETTI et al., 2023).

Nesse sentido, é impossível ignorar a vulnerabilidade de muitas famílias quando falamos de planejamento familiar. Fatores sociais, econômicos e emocionais enfraquecem a estrutura familiar e dificultam escolhas conscientes sobre a saúde reprodutiva. O Estado precisa estar atento a isso e agir de forma integrada, envolvendo áreas como saúde, educação e

assistência social. Apoiar as famílias em seus próprios territórios, com acolhimento e suporte contínuo, é fundamental para que possam tomar decisões mais seguras e informadas. No fim das contas, essa é uma forma de promover não só a saúde, mas também a dignidade e a cidadania de quem mais precisa (FLORES et al., 2021).

Dentro desse contexto de vulnerabilidade, a baixa participação dos homens nos programas de planejamento familiar evidencia outro desafio importante. Normas socioculturais ainda associam a saúde reprodutiva exclusivamente às mulheres, o que limita o envolvimento masculino e sobrecarrega as mulheres com responsabilidades. Apesar de políticas que buscam incluir os homens desde 2002, faltam estratégias claras e ações efetivas para ampliar sua participação. Os serviços disponíveis são majoritariamente focados nas mulheres, enquanto os direcionados aos homens ainda são insuficientes. Para superar essas barreiras, é necessário desenvolver programas culturalmente sensíveis que atendam aos casais, além de capacitar profissionais para reduzir o estigma em torno do planejamento familiar masculino. Envolver os homens de forma efetiva pode fortalecer as famílias, promover decisões mais equilibradas e melhorar os resultados em saúde reprodutiva (JAWARIA MUKHTAR AHMED et al., 2024).

Ao reconhecer que a dinâmica familiar é atravessada por questões de gênero, cultura e papéis sociais, o estudo ressalta que o cuidado em saúde deve ir além do indivíduo e considerar a família como núcleo central das práticas de cuidado. Nesse sentido, a articulação entre o cuidado centrado na família, a educação interprofissional e os princípios da APS mostra-se essencial para promover um olhar mais inclusivo e sensível às diversas configurações familiares. Assim, a interdisciplinaridade surge não apenas como uma estratégia de gestão de saberes, mas como uma postura ética frente à complexidade das vulnerabilidades sociais. Além disso, ao propor uma formação crítica, que incentive o diálogo e a colaboração entre diferentes áreas, o estudo contribui para transformar práticas tradicionais e fragmentadas. Dessa forma, pensar o envolvimento familiar como eixo estruturante do cuidado também implica repensar o lugar dos homens nas políticas de saúde. Isso reforça a necessidade de abordagens integradas, que não apenas ampliem o acesso, mas também promovam equidade e corresponsabilidade no campo da saúde reprodutiva (MARCHETTI et al., 2023).

Dentro dessa perspectiva de fortalecer a equidade e a integralidade na Atenção Primária à Saúde, contar com instrumentos que identificam as vulnerabilidades familiares de maneira sensível e próxima da realidade é fundamental. Ferramentas que consideram aspectos como renda, relações familiares, acesso aos serviços e exposição à violência permitem uma compreensão mais ampla das condições que impactam a saúde das famílias. Isso não só contribui para um planejamento mais eficaz das ações, mas também possibilita uma estratificação de riscos que respeita as singularidades de cada território. Mais do que números, esses instrumentos ajudam a revelar histórias e contextos que muitas vezes ficam invisíveis na rotina dos serviços. Ao incorporar essas informações, o cuidado se torna mais justo, humano e conectado com a vida das pessoas, reforçando o compromisso ético e político com a justiça social e a integralidade do cuidado. Dessa forma, a Atenção Primária pode responder melhor às necessidades reais das comunidades, promovendo intervenções que realmente façam diferença (LIMA et al., 2023).

Um exemplo é a Atenção Primária, que deve reconhecer que os adolescentes enfrentam múltiplas demandas que vão além das questões clínicas, incluindo desafios relacionados à saúde mental, sexualidade, uso de substâncias e vulnerabilidades sociais. Esses fatores requerem uma abordagem integrada, que considere as particularidades dessa faixa etária e promova espaços seguros para o diálogo e a escuta qualificada. A formação dos profissionais precisa contemplar essas dimensões para que o cuidado seja verdadeiramente integral e efetivo. Ademais, estratégias que incentivem a participação ativa dos adolescentes nos processos decisórios podem contribuir para fortalecer sua autonomia e favorecer a adesão aos cuidados. Assim, ao incorporar essas especificidades, a APS amplia sua capacidade de responder às necessidades reais dessa população, reduzindo desigualdades e promovendo saúde de forma mais contextualizada e humanizada (BARROS et al., 2021)

Apesar da relevância do planejamento familiar para a melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil, sua implementação em regiões de fronteira enfrenta desafios significativos que comprometem sua efetividade. A baixa escolaridade, somada à falta de informações adequadas e ao limitado acesso a serviços de qualidade, especialmente para adolescentes, dificulta a adoção consistente de métodos contraceptivos. Além disso, as barreiras culturais e o estigma social relacionados à sexualidade e à reprodução contribuem para a persistência de

gestações precoces e não planejadas, impactando negativamente a trajetória educacional e socioeconômica desses jovens. Outro fator relevante é o ônus financeiro que as gestações não planejadas impõem ao sistema de saúde local, com custos elevados decorrentes do acompanhamento pré-natal e dos cuidados necessários. Diante desse cenário, é urgente que as estratégias na Atenção Primária se tornem mais abrangentes, investindo na educação em saúde, na capacitação profissional e no fortalecimento dos vínculos, para promover uma abordagem mais eficaz e contextualizada do planejamento familiar (PEDRO et al., 2021).

Embora sua importância seja amplamente reconhecida, a adesão aos métodos contraceptivos ainda é limitada por diversos fatores, entre eles a infraestrutura inadequada dos serviços e a desinformação das usuárias sobre as opções disponíveis. A falta de suprimentos e a resistência de parceiros, especialmente no contexto brasileiro, evidenciam a necessidade de estratégias integradas que vão além da simples oferta dos métodos, incluindo educação em saúde e o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários. A qualidade do atendimento depende da capacitação contínua dos profissionais e do acolhimento humanizado, elementos essenciais para superar barreiras culturais e garantir o acesso efetivo. Dessa forma, para ampliar a adesão e promover a autonomia reprodutiva, é fundamental que as políticas públicas adotem uma abordagem abrangente, que considere as especificidades sociais, culturais e econômicas da população atendida, consolidando a integralidade do cuidado na Atenção Primária (MULHER, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou a importância da assistência de enfermagem no planejamento familiar como estratégia fundamental para reduzir a vulnerabilidade de acesso à informação entre adolescentes e adultos. Através da revisão bibliográfica realizada, observou-se que o planejamento familiar é um componente essencial da saúde reprodutiva, promovendo o bem-estar dos usuários, prevenindo infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e evitando gestações indesejadas.

A atuação do enfermeiro mostrou-se indispensável nesse contexto, visto que ele é o profissional capacitado para acolher, orientar e acompanhar os indivíduos e famílias desde o primeiro atendimento, contribuindo para decisões conscientes sobre métodos contraceptivos e

formação familiar. Além disso, o trabalho destacou o papel educativo da enfermagem, especialmente no que se refere à comunicação clara e acessível, superando barreiras socioculturais e promovendo a autonomia dos usuários.

Verificou-se também que, nos contextos de vulnerabilidade social, onde o acesso à informação é limitado, a presença do profissional de enfermagem no planejamento familiar pode representar uma ponte entre o conhecimento técnico-científico e as necessidades reais da população. A abordagem humanizada e educativa se mostrou essencial para fortalecer vínculos, promover a saúde sexual e reprodutiva e contribuir significativamente para a redução das desigualdades em saúde.

Conclui-se, portanto, que o planejamento familiar, quando orientado pela enfermagem com sensibilidade, escuta ativa e embasamento científico, é uma poderosa ferramenta de promoção da saúde, especialmente para adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, R. P. et al. Necessidades em Saúde dos adolescentes na perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 425-434, fev. 2021.
2. BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 13 jan. 1996.
3. FLORES, J. et al. A vulnerabilidade da família: reflexões acerca da condição humana. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, p. e20190412, 5 fev. 2021.
4. JAWARIA MUKHTAR AHMED et al. Men's involvement in family planning programs: an exploratory study from Karachi, Pakistan. **Reproductive Health**, v. 21, n. 1, 3 out. 2024.
5. LIMA, E. et al. Escala de Vulnerabilidade Familiar: evidências de validade na atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, n. Supl.3, p. 1-11, 1 dez. 2023.
6. **Ministério da Saúde orienta gestores sobre laqueadura e vasectomia no SUS.**
7. MARCHETTI, M. A. et al. A FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA A ABORDAGEM FAMILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, p. e20220178, 8 maio 2023.

8. MAYUMI, L.; MARA, L. Desenvolvimento de serious game para aprendizagem sobre sexo seguro e contracepção na adolescência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 32, 1 jan. 2024.
9. MULHER, B. M. DA S. S. DE P. DE S. Á. T. DE S. DA. Assistência em planejamento familiar: manual técnico. **Assistência em planejamento familiar: manual técnico**, p. 150–150, 2002.
10. PEDRO, C. B. et al. Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. **Escola Anna Nery**, v. 25, 1 fev. 2021.